



Temas Abordados: Campanha Mundial “Construindo Cidades Resilientes, Plataforma Global para a Redução do Risco de Desastres – Sendai e a sua integração com Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, Acordo de Paris, Habitat III e a Cúpula Humanitária para a resiliência a desastres.

PUBLICAÇÃO: 18/11/2019



Novo relatório do UNICEF destaca progressos e desafios sobre direitos da criança no Brasil

Nos últimos 30 anos, o Brasil alcançou conquistas importantes, mas ainda enfrenta problemas – antigos e novos – para garantir todos os direitos a cada criança e adolescente, sem exceção.

Em comemoração ao 30º aniversário da Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC), [o Fundo das Nações Unidas para a Infância \(UNICEF\) lança relatório](#) com os principais avanços e desafios enfrentados por meninas e meninos brasileiros.

Uma das histórias de sucesso mais impressionantes é a redução da mortalidade infantil (até um ano). Somente entre os anos 1996 e 2017, o país evitou a morte de 827 mil bebês. Não obstante, no mesmo período, aumentaram em grande escala a violência armada e os homicídios, que tiraram a vida de 191 mil meninas e meninos de 10 a 19 anos.

30 anos da Convenção sobre os Direitos da Criança

Tratado mais ratificado da história, por 196 países, a Convenção sobre os Direitos da Criança mudou a vida de meninas e meninos em todo o mundo.

“Graças à Convenção, crianças e adolescentes deixaram de ser considerados objetos de caridade, propriedades dos pais, ou ‘menores’ em situação irregular. Em vez disso, passaram a ser reconhecidos, oficialmente, como sujeitos de direitos”, explica Florence Bauer, representante do UNICEF no Brasil.

No Brasil, a Convenção inspirou o Artigo 227 da Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990. Influenciado por esses três marcos legais, o país criou um Sistema de Garantia de Direitos inovador, ainda entre os

mais avançados do mundo, baseado na ideia de proteção integral à criança e ao adolescente.

As principais conquistas brasileiras

Nesses 30 anos, o Brasil reduziu a mortalidade infantil de 47,1 a cada mil nascidos vivos, em 1990, para 13,4 em 2017.

“Esse resultado extraordinário é o resultado de uma abordagem integrada de ampliação do acesso das mulheres ao pré-natal; da criação do Sistema Único de Saúde (SUS); e do investimento nos cuidados na primeira infância. Agora é importante salvaguardar e fortalecer esse progresso”, salientou Bauer.

Aos avanços na saúde, unem-se as conquistas na educação.

Em 1990, a escola era obrigatória apenas dos sete aos 14 anos, e 20% das crianças dessa faixa etária estavam longe das salas de aula. Em 2009, a escolaridade foi ampliada para ser obrigatório dos quatro aos 17 anos. E, em 2017, apenas 4,7% das meninas e dos meninos dessas idades estavam fora da escola – a maioria deles nas faixas etárias de 4 a 6 anos e 15 a 17 anos.

Na área de proteção à criança, o Brasil melhorou em aspectos específicos como o registro de nascimento e a redução do trabalho infantil.

Em 1990, apenas 64% das crianças eram registradas no seu primeiro ano de vida. Já em 2013, esse número passava dos 95%.

Entre 1992 e 2015, o país evitou que 5,7 milhões de meninas e meninos de 5 a 17 anos estivessem em situação de trabalho infantil. O número de crianças de 5 a 17 anos afetadas pelo trabalho infantil diminuiu de 8,4 milhões em 1992 para 2,7 milhões em 2015.

O desafio da violência

É na área de proteção à criança, no entanto, que o país enfrenta seus maiores desafios. Em 30 anos, o Brasil viu crescer a violência armada em diversas cidades, e hoje está diante de um quadro alarmante de homicídios. A cada dia, 32 meninas e meninos de 10 a 19 anos são assassinados no país. Em 2017, foram 11,8 mil mortes.

Morar em um território vulnerável faz com que crianças e adolescentes estejam mais expostos à violência armada. Grande parte das mortes no Brasil se concentra em bairros específicos, desprovidos de serviços básicos de saúde, assistência social, educação, cultura e lazer.

As vítimas de homicídio são, em sua maioria, meninos negros, pobres, que vivem nas periferias e áreas metropolitanas das grandes cidades.

Segundo uma análise de dados feita pelo UNICEF em 10 capitais, 2,6 milhões de crianças vivem em áreas diretamente afetadas pela violência armada. Nos últimos dez anos, os homicídios vêm caindo entre adolescentes brancos e crescendo entre não brancos – que, em 2017, representavam 82,9% das vítimas de homicídios entre 10 e 19 anos no Brasil.

“Reverter esse quadro é urgente. É preciso investir nos territórios mais vulneráveis, com políticas públicas de qualidade, voltadas a cada criança e cada adolescente, em especial os mais excluídos – oferecendo a eles um ambiente seguro em que possam desenvolver plenamente o seu potencial”, defendeu a representante do UNICEF no Brasil.

Riscos à saúde e à educação

Além da violência, o Brasil têm outros desafios relacionados às desigualdades. Ainda há quase dois milhões de meninas e meninos fora da escola, e grande parte deles vem de famílias de baixa renda.

E há também milhares de crianças e adolescentes que estão na escola, sem aprender. Em 2018, 3,5 milhões de estudantes de escolas estaduais e municipais foram reprovados ou abandonaram a escola no Brasil.

Na área de saúde, também há pontos de atenção. Embora a mortalidade infantil venha caindo no longo prazo, ela subiu pela primeira vez em 20 anos, em 2015, acendendo um sinal de alerta. Ao mesmo tempo, as coberturas vacinais caíram no país, trazendo de volta doenças como o sarampo, que estava erradicado.

A esses desafios, soma-se o problema da má nutrição.

De um lado, a desnutrição crônica caiu maciçamente, com a exceção das crianças indígenas, que registram uma taxa média de 30% entre crianças menores de cinco anos, índice que chega a quase 80% entre os ianomâmis.

De outro lado, uma em cada três crianças brasileiras de cinco a nove anos está com sobrepeso.

Novos desafios para meninas e meninos

Por fim, o Brasil e o mundo estão diante de novos desafios que não estavam previstos na Convenção e hoje impactam a vida de crianças e adolescentes.

Cada vez mais, as migrações e os conflitos afetam meninas e meninos e os afastam de seus direitos. No mundo, em 2016, 28 milhões de crianças estavam em deslocamento forçado, sendo 12 milhões de refugiadas e 16 milhões de deslocadas internamente em seus países.

No Brasil, até julho de 2019, quase 200 mil venezuelanos haviam procurado refúgio no país. Desses, 30% eram crianças e adolescentes.

Outro desafio atual está relacionado à saúde mental. Nos últimos 10 anos, os suicídios de crianças e adolescentes vêm aumentando no Brasil, passando de 714, em 2007, para 1.047, em 2017. Problemas como *bullying* e *cyberbullying* precisam ser olhados com atenção.

A eles, somam-se os desafios globais, como as mudanças climáticas, que cada vez mais interferem na vida de crianças e adolescentes em diferentes partes do mundo.

Um olhar para o futuro

“Estamos diante de duas janelas de oportunidade, na primeira infância e na adolescência”, avaliou a representante do UNICEF no Brasil, Florence Bauer.

“É preciso consolidar os avanços na primeira infância, garantindo a equidade nas políticas públicas e chegando aos mais excluídos. E é essencial investir na adolescência e nos territórios mais vulneráveis, revertendo o quadro da violência e salvando vidas”, concluiu Bauer.

Segundo o UNICEF, há uma tendência de redução do orçamento voltado aos temas da infância e adolescência no Brasil que precisa ser revertida.

Investir nessas etapas da vida traz resultados para toda a sociedade. Cada dólar investido na 1ª infância, por exemplo, traz um retorno de 7 até 10 dólares.

Nesse sentido, o UNICEF reforça a importância de reafirmar os compromissos do Brasil com a Convenção sobre os Direitos da Criança; colocar crianças e adolescentes como prioridade absoluta; engajar toda a sociedade; consolidar os avanços alcançados até aqui; e investir na infância e na adolescência com um foco naqueles mais vulneráveis.

FONTE: <https://www.unicef.org/brazil/media/6276/file/30-anos-da-convencao-sobre-os-direitos-da-crianca.pdf>

**Bulletin
of the
Atomic
Scientists**

Lições do ciberataque na maior usina nuclear da Índia

As autoridades indianas reconheceram em 30 de outubro que ocorreu um ataque cibernético na usina nuclear de Kudankulam, no país. Um pesquisador indiano de segurança cibernética twittou sobre a violação três dias antes, levando as autoridades indianas a negar inicialmente que isso ocorreu antes de admitir que a invasão foi descoberta no início de setembro e que estavam sendo feitos esforços para responder a ela.

De acordo com o *Washington Post* da segunda-feira passada, Kudankulam é a maior usina nuclear da Índia, “equipada com dois reatores de água pressurizada VVER,

projetados e fornecidos pela Rússia, com capacidade de 1.000 megawatts cada. Ambas as unidades do reator alimentam a rede elétrica do sul da Índia. A usina está adicionando mais quatro unidades de reatores da mesma capacidade, tornando a usina nuclear de Kudankulam uma das maiores colaborações entre a Índia e a Rússia.

Embora as operações do reator em Kudankulam não tenham sido afetadas, esse incidente deve servir como mais um alerta de que o setor de energia nuclear precisa levar a segurança cibernética mais a sério. Existem indicações preocupantes de que atualmente não existe: um relatório de 2015 do instituto britânico de pesquisa Chatham House encontrou deficiências generalizadas na abordagem da indústria de energia nuclear à segurança cibernética, da regulamentação ao treinamento e ao comportamento do usuário. Em geral, os operadores de usinas nucleares falharam em ampliar suas culturas de segurança e proteção incluir uma conscientização sobre ameaças cibernéticas. (E por culturas de segurança e proteção, as pessoas no campo - como o Grupo de Trabalho de Materiais Cindíveis - se referem a uma abordagem abrangente e abrangente da segurança nuclear, que leva em conta o fator humano e inclui programas sobre confiabilidade e treinamento de pessoal interceptação de tráfico ilícito, segurança alfandegária e de fronteiras, controle de exportação e segurança de TI, para citar apenas alguns itens. O Comunicado de Haia de 2014 listou a cultura de segurança nuclear como o primeiro de seus três pilares de segurança nuclear, os outros dois sendo proteção física e contabilidade de materiais.)

Essa negligência pode ser compreensível se o incidente da semana passada fosse o primeiro de seu tipo. Em vez disso, houve mais de 20 incidentes cibernéticos conhecidos em instalações nucleares desde 1990. Esse número inclui itens relativamente menores, como acidentes de bugs de software e atualizações inadequadamente testadas, além de intrusões deliberadas, mas demonstra que o setor nuclear não está de alguma forma imune a ciberataques ameaças relacionadas. Além disso, à medida que a digitalização dos sistemas de instrumentação e controle de reatores nucleares umenta, umenta também o potencial de incidentes cibernéticos maliciosos e acidentais, causando danos.

Esse registro também deve refutar o velho mito, infelizmente repetido nos comentários das autoridades de Kudankulam, de que o chamado gap aéreo protege efetivamente as redes operacionais das fábricas. A falta de ar refere-se à separação das redes de negócios conectadas à Internet da planta das redes operacionais que controlam os processos da planta; isso visa impedir que malware de redes comerciais infectadas com mais facilidade afetem os sistemas de controle industrial. A invasão em Kudankulam até agora parece limitada às redes de negócios da usina, mas as lacunas de ar falharam na usina nuclear Davis-Besse em Ohio em 2003 e até classificaram os sistemas militares dos EUA em 2008. O mesmo relatório da Chatham House encontrou ampla evidência setorial do comportamento dos funcionários que contornaria as lacunas no ar, como carregar telefones pessoais por meio de slots USB da sala de controle de reatores e instalar ferramentas de acesso remoto para contratados.

As consequências de uma invasão cibernética em uma usina nuclear podem variar desde a perda de informações confidenciais de funcionários ou negócios até potencialmente causando o desligamento de um reator ou danos físicos. A indústria deve perceber que os ataques cibernéticos podem ser o principal evento, em vez de simplesmente um meio de permitir ameaças mais tradicionalmente imaginadas, como intrusões físicas. E, independentemente das consequências de um determinado incidente, declarações públicas como as de autoridades indianas na semana passada que se recusam a admitir a possibilidade de ataque cibernético minarão a confiança pública - um recurso existencial para muitos programas de energia nuclear.

Apesar das especulações sobre a potencial responsabilidade norte-coreana ou a escalada com o Paquistão, revelar os culpados e os motivos associados ao ataque de Kudankulam é menos importante para a indústria de energia nuclear do que corrigir os lapsos sistêmicos que a permitiram em primeiro lugar. A boa notícia é que existem muitas soluções: a Comissão Reguladora Nuclear emitiu orientações para as operadoras americanas sobre o aprimoramento do desenvolvimento da força de trabalho e avaliação de desempenho para segurança cibernética em usinas nucleares. E a Administração Nacional de Segurança Nuclear inclui segurança cibernética em suas avaliações de segurança nas instalações americanas e internacionais, além de intercâmbios técnicos e programas de treinamento. Também desenvolveu um curso sobre segurança cibernética para operadores de usinas nucleares em parceria com a Agência Internacional de Energia Atômica - que publicou seus próprios guias técnicos sobre segurança de computadores e recentemente realizou seu primeiro curso de cibersegurança para operadores de usinas nucleares.

Os países não precisam depender apenas de organizações internacionais ou de outros governos para obter esse conhecimento. Parcerias público-privadas como o Instituto Mundial de Segurança Nuclear e a Associação Mundial de Operadores Nucleares também compartilham informações sobre as melhores práticas e podem servir como um canal de conhecimento para os estados onde a energia nuclear implica preocupações de segurança nacional.

O desafio agora é integrar esse conhecimento à força de trabalho e mantê-lo ao longo do tempo. Mas a institucionalização da cibersegurança não apresenta uma barreira intransponível.

Um item a ser observado, no entanto, é que a escala e a complexidade do problema provavelmente crescerão à medida que mais estados ingressarem no clube de energia nuclear. E mesmo com anos de experiência, nenhum país está imune a sucumbir aos ataques cibernéticos: o incidente da semana passada ocorreu em um país cujo programa de energia nuclear data da década de 1950 e os ataques cibernéticos anteriores atingiram instalações nucleares em países com programas de energia nuclear estabelecidos há muito tempo, incluindo Japão, França e Estados Unidos. O fato de ainda terem sido vítimas de violações é um mau presságio para possíveis recém-chegados, como a Jordânia, cuja equipe nacional de resposta a emergências por computador tem apenas dois anos de idade. Pode-se esperar que os recém-chegados nucleares com menos experiência em segurança cibernética indígena precisem de mais

ajuda de parceiros internacionais e enfrentarão uma subida mais íngreme no sentido de manter essa força de trabalho.

Se existe uma linha de prata no recente ataque cibernético, é que a Índia agora tem a oportunidade de se tornar líder em segurança cibernética nuclear. A Índia estabeleceu o Centro Global de Parceria para Energia Nuclear como um fórum de cooperação bilateral e multilateral em segurança nuclear que poderia ser ampliado para incluir a cibersegurança.

O problema da segurança cibernética não é novo no setor de energia nuclear e não exige soluções radicalmente diferentes daquelas já existentes em áreas como finanças e aviação comercial. A história da indústria de segurança e cultura de segurança da indústria nuclear e o conjunto de pesquisas sobre recomendações de segurança cibernética específicas do setor podem oferecer um caminho para uma indústria de energia nuclear que se defenda melhor contra ameaças cibernéticas. As vias para fomentar a cooperação e compartilhar as melhores práticas foram estabelecidas, assim como a necessidade de desenvolvimento da força de trabalho.

Mas o exemplo da semana passada de um programa de energia nuclear bem estabelecido, respondendo a uma violação com negação, ofuscação e conversas desagradáveis sobre as chamadas "lacunas de ar", demonstra o quão pouco é perigoso o progresso que a indústria fez até hoje.

Nota do Editor: O Laboratório Nacional Lawrence Livermore é operado pela Lawrence Livermore National Security, LLC, para o Departamento de Energia dos EUA, Administração Nacional de Segurança Nuclear sob o Contrato DE-AC52-07NA27344. As opiniões e opiniões dos autores aqui expressos não necessariamente indicam ou refletem as do governo dos Estados Unidos ou da Lawrence Livermore National Security, número do documento LLC. LLNL-JRNL-796278

FONTE:https://thebulletin.org/2019/11/lessons-from-the-cyberattack-on-indias-largest-nuclear-power-plant?utm_source=Newsletter&utm_medium=Email&utm_campaign=Newsletter11142019&utm_content=NuclearRisk_Cyberattack_11142019

FONTE:https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20151005CyberSecurityNuclearBaylonBruntLivingstoneUpdate.pdf



Risco relacionado ao clima para a infraestrutura do Departamento de Defesa: relatório inicial de avaliação de vulnerabilidade (SLVAS)

Este relatório resume os resultados de uma pesquisa para avaliar as vulnerabilidades de instalação do Departamento de Defesa dos EUA (DoD) aos riscos de segurança relacionados ao clima em todo o mundo, com o objetivo de identificar vulnerabilidades graves e desenvolver estratégias de adaptação necessárias. Este relatório também fornece análise, uma análise das tendências e conclusões com base nos resultados desta pesquisa.

Para identificar instalações do DoD com vulnerabilidades, o Escritório do Secretário de Defesa Adjunto de Energia, Instalações e Meio Ambiente [OASD (EI&E)] iniciou uma Pesquisa preliminar de avaliação de vulnerabilidade em nível de triagem (SLVAS) de sites do DoD em todo o mundo. As respostas do SLVAS produziram uma ampla gama de informações qualitativas. O maior número de efeitos relatados resultou da seca (782), seguida de perto pelas inundações relacionadas ao vento (763) e não provocadas por tempestades (706). Cerca de 10% dos locais indicaram serem afetados por temperaturas extremas (351), enquanto as inundações causadas por tempestades (225) e incêndios (210) afetaram cerca de 6% dos locais relatados. Quase 50% dos sites (1.684) relataram não ter nenhum efeito sobre os ativos.

FONTE: <https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2018/01/tab-b-slvas-report-1-24-2018.pdf>



Briefer: implicações das mudanças climáticas para aeronaves militares dos EUA

A mudança climática está alterando radicalmente o ambiente físico no teatro de conflitos, tornando futuros sucessos militares dependentes da adaptação atual. Novas pesquisas mostram que as mudanças climáticas estão reduzindo o desempenho de aeronaves militares dos EUA. À medida que o ambiente se torna mais quente e mais úmido, os aviões militares não serão capazes de transportar tanta carga útil ou percorrer longas distâncias sem reabastecer. Mais missões serão canceladas ou modificadas devido à diminuição do desempenho das aeronaves em dias quentes e úmidos, o que diminui a capacidade das forças armadas dos EUA de projetar energia e responder efetivamente a conflitos.

Mudanças no ambiente operacional exigem mudanças correspondentes em infraestrutura, logística e aquisições. Para serem eficazes a longo prazo, essas modificações devem ser informadas pela análise de projeções climáticas orientada por dados.

Os impactos adversos das mudanças climáticas sobre a prontidão militar são especialmente evidentes em aeronaves e bases aéreas. À medida que o calor e a umidade aumentam, as aeronaves lutam para executar: o que significa que o inventário de hoje pode não ser adequado para operar no conflito de amanhã. Antecipar a pressão que a mudança climática coloca no inventário atual

ajudará a tornar as operações e a infraestrutura atuais mais resistentes às ameaças climáticas. Para esse fim, as partes interessadas militares e militares dos EUA se beneficiariam de um modelo de avaliação de vulnerabilidade que prevê a frequência e a gravidade dos impactos no desempenho relacionados ao clima, tanto para as bases aéreas quanto para as aeronaves.

Este resumo explora um desses modelos desenvolvido pela coronel da Força Aérea Mary McRae (aposentada). O modelo de McRae traduz projeções climáticas futuras de Modelos Climáticos Globais em medições de Altitude de Densidade (DA) que comunicam mudanças específicas no desempenho da aeronave influenciadas pelo calor e pela umidade. Usando essa abordagem de DA, McRae mapeia a vulnerabilidade de várias bases aéreas e aeronaves às condições de DA que limitam a viabilidade de operações futuras. Essa ferramenta de avaliação de vulnerabilidades ajudará os componentes militares, políticos e da indústria a determinar as ameaças mais críticas às operações de aeronaves e bases aéreas; atenuar efetivamente as ameaças climáticas por meio de aquisições militares, infraestrutura e planejamento de missões mais informados.

Avaliações de ameaças climáticas mais precisas e detalhadas, como as de McRae, tornam mais visíveis as ameaças críticas à prontidão militar. Ao fazer isso, as avaliações atualizadas da vulnerabilidade permitem que os processos atuais de aquisições levem em consideração as mudanças climáticas. Essas avaliações também ajudam a comunidade de aquisições a informar as partes interessadas do setor sobre ameaças climáticas e a garantir que a infraestrutura em desenvolvimento hoje seja projetada de maneira consciente do clima. As informações fornecidas por essas avaliações também incentivam a pesquisa de soluções inovadoras de design que podem adaptar a infraestrutura existente para se adequar a ambientes mais desafiadores.

FONTE: <https://climateandsecurity.org/2019/08/14/briefer-climate-change-implications-for-u-s-military-aircraft/>

FONTE: <https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2019/09/a-climate-security-plan-for-america-2019-9-24-1.pdf>



Lições sobre mudanças climáticas das forças armadas dos EUA: o que a indústria japonesa pode aprender com outra empresa global

Este relatório, o segundo da *série japonesa* do Center for Climate and Security, fornece exemplos de como as forças armadas dos EUA lidaram com os principais desafios relacionados ao clima, juntamente com o maior potencial de impactos das mudanças climáticas para exacerbar a instabilidade. Os autores argumentam que o tipo de planejamento que os militares americanos fizeram para avaliar e lidar com os

riscos das mudanças climáticas poderia informar a indústria japonesa, aumentando suas abordagens existentes de gerenciamento de riscos climáticos e preservando sua vantagem competitiva a médio prazo.

O relatório também explora semelhanças na exposição das forças armadas dos EUA aos riscos de segurança das mudanças climáticas e nas das principais empresas japonesas que operam internacionalmente. O relatório examina não apenas os impactos diretos e imediatos das mudanças climáticas, mas também alguns dos impactos e repercussões de ordem superior dessas mudanças, como os impactos na estabilidade política.

Surgem três recomendações principais:

- Reconheça os riscos
- Plano e recursos para gerenciar riscos climáticos
- A eficiência energética e as energias renováveis podem economizar custos, contribuir para a redução de riscos e gerar dividendos de reputação.

Por fim, a primeira e mais fundamental lição da experiência das forças armadas dos EUA com as mudanças climáticas é que é do interesse de uma organização lidar com os riscos decorrentes das mudanças climáticas. Dada a extrema vulnerabilidade aos impactos climáticos na Ásia-Pacífico e a crescente economia da região, faz sentido ter uma visão de longo prazo dos riscos climáticos.

FONTE: https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2019/05/climate-change-lessons-from-the-us-military_what-can-japanese-industry-learn_2019_5.pdf



Relatório do painel de especialistas militares: aumento do nível do mar e missão militar dos EUA (2ª edição)

Este relatório analisa a tempo de avaliar os efeitos atuais e projetados do aumento do nível do mar que ocorrem simultaneamente em uma ampla gama de infraestruturas militares dos EUA no país e no mundo, e os efeitos resultantes na capacidade dos serviços de treinar, mobilizar, operar e cumprir objetivos estratégicos. Este relatório é uma tentativa de apresentar uma compreensão mais clara dos riscos de aumento do nível do mar, o que esses riscos significam para as forças armadas dos EUA, o que eles significam para a segurança nacional dos EUA e como construir processos que respondam com previsão de riscos futuros.

Esta 2ª edição inclui novas informações divulgadas pelo Departamento de Defesa (DoD) desde 2016, a inclusão de análises adicionais sobre a vulnerabilidade da infraestrutura de energia e transporte em torno da infraestrutura militar e novos mapas mostrando projeções para aumento do nível do mar e tempestades onde esses

militares a infraestrutura reside. O relatório não é uma avaliação exaustiva de todos os riscos e vulnerabilidades climáticos que as instalações militares enfrentam - até porque outros riscos significativos, como secas e incêndios florestais, não fazem parte dessa análise. No entanto, o relatório tenta sintetizar a pesquisa feita pelo Departamento de Defesa, Congresso e pesquisadores independentes, explora uma série de estudos de caso, analisa o que essas descobertas significam para prontidão, operações e estratégia militar e estabelece áreas que merecem mais atenção.

FONTE: https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2018/02/military-expert-panel-report_sea-level-rise-and-the-us-militarys-mission_2nd-edition_02_2018.pdf



A responsabilidade de preparar - fortalecer a segurança nacional e nacional diante de uma mudança climática

Roteiro e recomendações para o governo dos EUA

Este relatório esboça recomendações do Grupo Consultivo para o Clima e Segurança (CSAG) e enfatiza que o governo dos EUA deve seguir o conselho do Secretário de Defesa James Mattis, que pediu uma "resposta de todo o governo" às mudanças climáticas.

O relatório observa que, dadas as ameaças das mudanças climáticas identificadas pelas comunidades de defesa, segurança nacional e inteligência, um aumento nos impactos destrutivos causados pelo clima nos EUA e uma capacidade maior de prever esses riscos, o governo dos EUA tem uma "responsabilidade de Prepare-se" para enfrentar esses desafios em casa e no exterior. Especificamente, o grupo recomenda que a Administração faça isso através de três linhas de esforço:

- Avalie os riscos das mudanças climáticas para a segurança nacional e nacional: mantenha e melhore os sistemas e processos para melhor entender e avaliar os riscos das mudanças climáticas para a segurança nacional e nacional.
- Prepare-se para os riscos das mudanças climáticas para a segurança nacional e nacional: promova a resiliência da infraestrutura militar e civil crítica aos riscos das mudanças climáticas, e organize e recursos melhor o governo dos EUA para gerenciar esses riscos.
- Apoiar a resiliência de países aliados e parceiros aos riscos das mudanças climáticas: Manter a liderança dos EUA apoiando a resiliência de países aliados e parceiros aos riscos de mudanças climáticas em regiões estrategicamente significativas e reduzindo os fatores climáticos da instabilidade.

FONTE: https://climateandsecurity.files.wordpress.com/2018/02/climate-and-security-advisory-group_a-responsibility-to-prepare_2018_02.pdf

À frente da tempestade: desenvolvimento de diretrizes de resiliência a inundações para imóveis comerciais do Canadá

Este relatório concentra-se nas implicações das inundações, uma vez que emergiu como o desastre natural mais caro do Canadá. De acordo com a Public Safety Canada, o custo do programa federal de assistência financeira a desastres (DFAA), que fornece apoio financeiro a províncias e territórios para grandes desastres naturais, chegará a um bilhão de dólares anualmente. Aproximadamente 75% desse custo é atribuível a eventos de inundação. As inundações também são os principais impulsionadores do aumento de perdas seguras catastróficas para os setores de seguros de propriedades e acidentes no Canadá, que sofreram mais de US \$ 1,8 bilhão anualmente em perdas seguradas de 2009 a 2018, em comparação com US \$ 405 milhões anualmente de 1983 a 2008 (esses dados refletem um ajuste inflação e acumulação de riqueza).

FONTE: <https://www.intactcentreclimateadaptation.ca/wp-content/uploads/2019/10/Ahead-of-the-Storm-1.pdf>

EVENTOS



Fórum “Fake News em Meteorologia”

Auditório do Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS)

The poster features a dark blue background with white and yellow text. At the top, it reads 'FÓRUM FAKE NEWS EM METEOROLOGIA' in large white letters. To the right are logos for CEPAGRI and Defesa Civil. Below this, a yellow banner states 'DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2019'. A red banner below that says 'LOCAL: AUDITÓRIO DO GGBS - UNICAMP' and 'INSCRIÇÕES ABERTAS'. The central part is titled 'PROGRAMAÇÃO' and lists the following schedule:

9h Recepção	10h15 A importância da informação correta em Meteorologia – Ana Ávila (Pesquisadora do Cepagri)
9h15 Abertura	11h As consequências das informações falsas e dos boatos no trabalho da Defesa Civil – Sidnei Furtado (Diretor do Departamento de Defesa Civil de Campinas)
9h30 O fenômeno das fake news – Riscos e Controles (José Pedro Martins – Jornalista especializado em Meio Ambiente)	11h45 – Considerações finais

At the bottom, it notes 'O mediador do evento será o jornalista Manuel Alves Filho.' and includes logos for APOIO, SEC, and COCEN.

A geração de boatos ou notícias falsas não é prática recente na sociedade. Entretanto, a forma e a velocidade com que esses conteúdos são propagados atualmente constituem fenômeno novo, com implicações frequentemente graves para pessoas e instituições. Difundidas por diferentes plataformas, como redes sociais e aplicativos de comunicação, as chamadas “fake news” têm servido a uma série de interesses escusos em vários campos – do político ao empresarial, do científico ao religioso, entre outros. No caso da Meteorologia, as fake news têm gerado uma série de problemas, tanto para a população, que se vê bombardeada por informações inverídicas acerca da ocorrência iminente de catástrofes naturais, quanto para os serviços de meteorologia e departamentos de Defesa Civil, que são forçados a interromper suas atividades normais para esclarecer os cidadãos que, sobressaltados, buscam informações para se certificar se realmente enfrentarão uma tempestade, um furacão ou um tornado. Para refletir sobre este cenário, o Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepagri) da Unicamp, com o apoio da Secretaria Executiva de

Comunicação (SEC) da Unicamp e da Cocen, promoverá no próximo dia 27 de novembro, das 9h às 12h, no Auditório do Grupo Gestor de Benefícios Sociais (GGBS), o Fórum “Fake News em Meteorologia”. O objetivo do evento, voltado a estudantes, pesquisadores, jornalistas e interessados no tema, é reunir especialistas que tragam contribuições para a melhor compreensão sobre problemática das fake news e de como este fenômeno pode ser enfrentado pela sociedade. O mediador do evento será o jornalista Manuel Alves Filho.

Vagas limitadas

FONTE: <https://www.cocen.unicamp.br/eventos/inscricao/264>

FONTE: <https://www.cocen.unicamp.br/eventos/id/264/forum-fake-news-em-meteorologia>

Treinamento de Emergência

Aviso à comunidade

O Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais, a Defesa Civil de Patos de Minas e a GICS Indústria, Comércio e Serviços S/A (antiga Galvani), informam que no sábado, 23 de novembro, será realizado um **Treinamento de Emergência do Complexo Minerioindustrial de Serra do Salitre (CMISS)**.

O treinamento é uma prática de segurança e compreende o teste das sirenes, das rotas de fuga e dos pontos de encontro. Visa treinar e orientar a população localizada na Zona de Autossalvamento (ZAS) sobre como proceder em caso de emergência nas barragens.

O treinamento é destinado **apenas** aos moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS). **Importante:** O restante da população pode seguir suas atividades normalmente.

**23/NOVEMBRO
SÁB / 10h às 12h**

Para mais informações consulte as próximas páginas.



Amphibious Solutions, LLC.



PROVEN AMPHIBIOUS CONCEPT

All season long daily commercial use for many years.
100% Reliability, minimal maintenance and no hassle.





FULLY CUSTOMIZABLE

We work with world class specialists in many fields

SPECIFICATIONS



CHASSIS & ENGINE

Toyota Land Cruiser

TRANSMISSION

Engageable 4x4

WATER PROPULSION

Almarin Jets

DRIVE, SAIL AND EXPLORE.



Amphibious Solutions, LLC.



EASY ACCES ON LAND

From sailing to driving, by just pushing one button



Amphibious Solutions, LLC.
P.O. Box 7828, Jersey City, New Jersey 07307
Office: 201-254-8218
Email: info@amphibioussolutions.com

alex@amphibioussolutions.com

INFORMAÇÕES

PROMOTOR BRASIL

<http://www.unisdr.org/campaign/resilientcities/Home/viewalladvocates#page-3>

CAMPINAS RESILIENTE - OBSERVATÓRIO

<https://resiliente.campinas.sp.gov.br/observatorio>

REDE DE CIDADES RESILIENTES DE LINGUA PORTUGUESA

<http://www.cidadesresilientes.net/>

INFORMATIVOS UNISDR

<http://www.eird.org/camp-10-15>

PREVENTIONWEB

<http://www.preventionweb.net/english/>

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

<http://www.mi.gov.br/web/guest/cidades-resilientes>